



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

MULHERES NEGRAS NO CEARÁ: MEMÓRIAS APAGADAS NA TERRA DA LUZ

DRIELLY NASCIMENTO HOLANDA¹

GRAZYELLE ARAÚJO SOARES²

RESUMO:

O presente artigo busca compreender os fatores determinantes das desigualdades sociorraciais no Brasil a partir do entrecruzamento de opressões, raça, classe e gênero. Destacando a trajetória de organização política feminina e negra no Estado do Ceará, com vista a dar destaque a um debate apagado ao longo da história cearense.

Palavras-chave: Raça, Racismo, Mulheres negras.

ABSTRACT:

This article seeks to understand the determining factors of socio-racial inequalities in Brazil based on the intersection of oppression, race, class and gender. Highlighting the trajectory of female and black political organization in the State of Ceará, with a view to highlighting a debate that has been erased throughout Ceará's history.

Keywords: Race, Racism, Black women.

1 INTRODUÇÃO

Para analisar as desigualdades sociorraciais brasileiras é preciso entender o período da escravidão como um importante elemento para a formação da estrutura social do país, reconhecendo a inseparabilidade da estrutura do racismo, capitalismo e heteropatriarcado como diretrizes heterogêneas que dão lugar a solidão política da mulher negra (AKOTIRENE, 2019).

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante disso, destacamos que como um modelo de formação social, política e econômico a escravização de pessoas negras advindas do continente africano estrutura o modo pelo qual a sociedade brasileira, pensa, age e se organiza economicamente. Produzindo sujeitos subalternizados, que dentro de um imaginário social são vistos como inferiores por razão da raça. Ainda, enquanto modo de produção, produz desigualdades no acesso aos bens materiais, políticas sociais e representação nos espaços de poder.

A partir dessa compreensão, abordar a temática e vivências de mulheres negras, requer uma compreensão da questão racial, com destaque as particularidades cearenses, questão que discutiremos no tópico a seguir.

Contudo, nosso propósito é dar destaque às memórias organizativas e políticas de mulheres negras em um Estado que negou em sua história a presença negra, torna-se salutar destacar a importância das investigações dessas trajetórias coletivas. Observamos que as insurgências negras não ganham destaque na memória cearense, produzindo então, um apagamento epistêmico, o que dificulta o acesso a estas investigações. Afinal, toda história é contada a partir de um ponto de vista, Chimamanda Ngozi nos alerta sobre os perigos de uma história única (2014), por esse motivo, esse artigo, aborda breves considerações sobre as mulheres negras no Ceará e suas formas de organizações políticas.

2 QUESTÃO RACIAL NO BRASIL E CEARÁ

Segundo Munanga (2003), o conceito de raça deve ser analisado em seu significado social, em razão do racismo surgir no século XIX como uma hierarquização das raças, ligando caracteres biológicos a qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais. Sendo assim, com a ideia de raças “puras”, o etnocentrismo se utiliza do termo para determinar grupos superiores e inferiores, resultando no racismo científico, o qual, por sua vez, buscou justificar a escravização de diversos povos. Conforme afirma o autor:

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2003)

No pós-abolição, a população negra foi considerada uma ameaça à ordem social, vista como classe perigosa. A esse respeito, Madeira (2017) afirma que foi adotado um projeto de nação antinegro, considerados desajustados e culpados pela sua própria condição de subalternidade. Aliado a isso, soma-se o fato de terem sido estabelecidos no imaginário social brasileiro estereótipos reforçados pela mídia para representar o povo negro, reduzidos a caricaturas racistas responsáveis por animalizar, objetificar e sexualizar os seus corpos, contribuindo para que ocorra a naturalização do racismo (MOREIRA, 2019).

A assinatura da Lei Áurea em 1888 não garantiu aos ex-cativos condições dignas de vida, ao contrário, não foram inseridos economicamente na sociedade como classe trabalhadora e nem exército industrial de reserva, visto que, preferiu-se empregar imigrantes europeus, tratando ainda de criminalizar as expressões da cultura afrobrasileira, Gonçalves (2018) pontua que:

O Estado brasileiro, alicerçado pelo ideário da superioridade branca, cuidou de organizar e legitimar o tratamento vil que seria destinado a ex-cativos(as). O Código Penal de 1890 tornou-se um importante instrumento jurídico que transformou em práticas criminais as manifestações da cultura negra (a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo, etc.) e passou a regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo aquele que resultava da recusa em contratar força de trabalho por causa de seu defeito de cor. Leis, Atos, Decretos, etc. que se seguiram evidenciam a preocupação da administração pública com esta gente, julgada preguiçosa, que perambulava pelas ruas. (GONÇALVES, 2018)

Não obstante, Nascimento (2016) descreve outro objetivo por trás do incentivo ao uso da mão-de-obra de imigrantes: a política de branqueamento da população brasileira. Este projeto foi ancorado por ideais eugenistas que alegavam a futura degenerescência do país devido o quadro populacional ser composto majoritariamente por pessoas negras, com o argumento de que o Brasil sofreria um atraso enquanto a cor negra não fosse superada, declara:

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O "problema" seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. Tal proposta foi recebida com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante. (NASCIMENTO, 1978, p.84)

Embora presentes os conflitos citados, instaurou-se uma falsa ideia de harmonia entre as raças, devido ao Brasil ser um país pluriétnico, tendo influência a obra Casa Grande & Senzala,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

publicada em 1933 e escrita por Gilberto Freyre. No entanto, a visão romantizada do autor ignora que a miscigenação é fruto de inúmeros processos extremamente violentos, dentre eles, a violência sexual contra mulheres negras e indígenas. Nesse sentido, Gomes (2005) explica:

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. (GOMES, 2005)

Para Almeida (2018), o racismo determina as relações sociais e econômicas. Assim, a população negra é afetada não apenas simbolicamente, mas materialmente, produzindo as desigualdades raciais, na qual torna-se perceptível o quão negros e negras encontram-se nos piores indicadores sociais.

Ao verificarmos os índices econômicos e sociais, avistamos o Brasil como um campeão em desigualdades, no que diz respeito à distribuição de riquezas, acesso aos bens materiais, no qual um número diminuto da população detém a maior parte da riqueza nacional. Esses dados ainda se agravam ao entrecruzar-se a variante de raça/cor, no qual a divisão de condições de vida entre as populações racializadas de forma subalterna (negros e indígenas) são inferiores ao grupo racial branco. Para Theodoro (2022) “A desigualdade que se naturaliza no seio da sociedade brasileira forja uma estrutura racialmente hierarquizada, e assim, o racismo transforma diversidade em desigualdade. (p.65)”. Por isso, afirmamos que para além de produção de sujeitos inferiorizados no imaginário social, o racismo posiciona a população negra nos piores índices sociais.

Considerando os seguintes dados econômicos é possível observar enorme discrepância referente à remuneração média de pessoas brancas que chega a 3,2 mil, enquanto de pessoas negras 2,2 mil, ainda fazendo o entrecruzamento com o gênero, verificamos que mulheres negras ganham em média 1,9 mil mensalmente (IBGE, 2019). No que diz respeito à educação, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2022, 37% das mulheres negras não dispunham de nível fundamental completo, e, no entanto, se comparado ao índice de mulheres brancas, vemos uma porcentagem de 27%. Já em relação aos homens negros, cerca de 41% não possuía fundamental completo, por outro lado, somente 28% dos homens brancos não tinha esse grau de escolaridade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, esses dados ilustram os indicadores sociais que diferenciais, homens e mulheres, negros/as e brancos/as a acessarem aos mínimos sociais, por essa razão, consideramos a necessidade em articular gênero, raça e classe como determinantes que estruturam a sociedade economicamente.

Acerca da articulação entre classe e raça a autora Ruby Esther (2016, p.199) elucida que “os sujeitos das “questões raciais” são indivíduos, grupos e coletivos submetidos às relações de dominação, macrossociais, vinculadas à relação econômica capital-trabalho e à dominação cotidiana”. Ainda, de acordo com Dias (2015), o capitalismo se apropria das relações de dominação de gênero, raça e etnia, pois estão alicerçadas sob a exploração econômica e desse modo submetidas à exploração da força de trabalho na condição de inferioridade.

Dessa forma, consolidou-se na história “oficial” do Brasil, narrativas moldadas com base nos interesses da elite branca, de maneira onde as relações de poder e dominação aqui definidas foram simplificadas, deturpando os fatos ocorridos desde o período colonial, onde as diversas formas de resistências foram apagadas para dar lugar a um discurso de passividade dos grupos oprimidos e de benevolência da classe dominante.

Com isso, fruto de uma luta impulsionada por uma série de movimentos populares, o Ceará foi a primeira província do país a abolir a escravização, em 25 de março de 1884, protagonizada por jangadeiros, dentre os quais estiveram presentes importantes figuras como: Dragão do Mar (Chico da Matilde), Preta Tia Simoa e Ana Sousa.

Vemos, em todos os aspectos, sociais, econômicos, políticos e culturais, uma forte presença e influência afrocearense na chamada “Terra da Luz”. Além disso, tendo em mente que a questão racial atrelada à classe determina uma condição de subalternidade imposta aos negros cearenses, observa-se uma numerosa parcela vivendo em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas periferias do estado. Em relação às mulheres negras, esse cenário é ainda mais alarmante, devido as especificidades das suas demandas decorrentes da tripla discriminação que sofrem.

3. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NEGRAS

Em 1851, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, na cidade de Akron, foi proferido um discurso pela ativista Sojourner Truth, o qual posteriormente veio a representar um marco simbólico para o movimento de mulheres negras. Em “E não sou eu uma mulher?”, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

abolicionista retrata a problemática da universalidade do debate de gênero, onde as demandas de mulheres negras não eram percebidas e nem consideradas urgentes dentro do movimento feminista hegemônico.

Para Davis (1981) a exploração de mulheres negras é decorrente do trabalho compulsório marcado pela escravidão fazendo com que trabalhem fora de suas casas mais do que as mulheres brancas. Nesse sentido, hooks (2004) nos aponta para o fato de as mulheres negras possuírem especificidades e demandas as quais foram silenciadas pelo movimento feminista desde a sua primeira onda e isso está ligado principalmente ao classicismo e racismo, como traz, apresentando desafios devido a perspectiva unidimensional do movimento e a tentativa de homogeneizar a categoria “mulher”.

Foi a partir desse “não lugar”, tanto no movimento feminista como no movimento negro, onde as mulheres negras, estas infatilizadas, faladas pelos outros e nunca por si só, viram a necessidade de construir o feminismo negro para dar enfoque as suas pautas, analisando-as a partir da articulação entre racismo e sexismo (GONZALEZ, 1984).

Para isso, a Interseccionalidade costuma ser utilizada como ferramenta analítica. O conceito foi criado por Kimberlé Crenshaw na década de 1980 em uma teoria feminista crítica de raça nos Estados Unidos, onde expressa que é comum as mulheres negras serem colocadas em avenidas identitárias, que promovem acidentes ao se cruzarem, vitimando-as em múltiplas colisões e, na hora de socorrê-las, tanto o feminismo como o movimento negro falham, um por reproduzir o racismo e o outro pelo caráter machista, sendo a Interseccionalidade responsável por revelar quais são as pessoas acidentadas pela matriz de opressões (AKOTIRENE, 2019).

A respeito da situação da mulher negra no Brasil, as autoras destacam:

(...) havendo, portanto, um verdadeiro abismo entre homens brancos e mulheres negras, baseados nos princípios de separação e de hierarquia. São as mulheres negras que estão nas ocupações mais precarizadas e com os menores salários, evidenciando que a divisão racial do trabalho funciona como um importante mecanismo de intensificação da exploração do trabalho na sociedade capitalista. (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2021)

No Brasil, as mulheres negras, têm construído formas plurais de resistências e inventividades, trazendo para a centralidade de suas discussões a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Assim, como destaca Carneiro (2003) de que mulheres negras têm realizado uma síntese das bandeiras de lutas postas pelo movimento negro e movimento feminista. A autora aponta que “(...) a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de

raça vem desenhando novos contornos para ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (s/p)”.

Sobre o percurso das organizações políticas de Mulheres Negras, cabe destacar a dimensão do emprego doméstico, conforme Werneck (2016) “ é a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas, que inaugura a organização de mulheres trabalhadoras no estado de São Paulo na década de 30 do século XX.” (p. 159)”. Ainda frisamos a criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras em 1950 e o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras que ocorreu em Valença, no Rio de Janeiro, sedimentando a legitimidade das organizações de mulheres negras em todo o país.

Em 2001, ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e formas correlatas de intolerância em Durban, na África do Sul. Carneiro (2011) enfatiza que ganha destaque o protagonismo de Mulheres Negras, Carneiro (2011) assinala que foi um momento de grande visibilidade e “Articulação e Mulheres Negras nessa conferência mereceu da alta comissária das Nações Unidas, Mary Robinson, o seguinte comentário “As mulheres negras fizeram toda a diferença”. E isso é fruto da estratégia adotada: trabalho, informação, transparência e participação coletiva nas decisões. (p. 120-121).”

A Marcha das Mulheres Negras: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem-Viver, ocorrida em 2015, em Brasília, foi um espaço de denúncia do racismo e sexismo vivenciado por mulheres negras. E o Encontro Nacional de Mulheres Negras: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem- Viver- : Mulheres Negras Movem o Brasil, em 2018, demarcam os 30 anos após ocorrido o primeiro encontro nacional.

3.1 Memórias Organizativas de Mulheres Negras no Ceará

Para discutirmos sobre a presença das mulheres negras no Ceará, importa destacarmos que da mesma maneira que impera no Brasil a existência de um racismo sem sujeitos, ou seja, não declarado, o Estado do Ceará também vai incorporar essa narrativa. Consideramos que estes discursos são embasados sob a falácia de uma harmonia entre as raças, que proporciona assim a existência de uma democracia racial.

Tendo em vista que o resultado da miscigenação não atingiu os processos esperados, constituindo assim, uma parcela considerável de mestiços, consideramos que a resposta a esse produto é a exaltação ou o enaltecimento desse resultado, orientando-se para uma aclamação dessa identidade nacional. Em razão de um projeto de nação, arquitetado pelos países, que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

buscaram aniquilar os negros da sociedade, utilizaram-se dos recursos necessários para que se negasse uma negritude, quaisquer meios que apartassem a figura do negro que constituiu uma parcela significativa do país.

Por conseguinte, Andrews (2007) afirma que

(...) essa imensa mestiçagem de raça e culturas, produzindo uma cultura e um povo completamente novos; no Brasil, uma “metarraça”, em que a figura arquetípica, “no sentido de melhor correspondência com o meio brasileiro e [...] aos interesses, aos seus gostos, às suas necessidades”, era “o mestiço, o mulato, digamos delicadamente, o moreno.”(p.201)

Sousa (2006) aponta a existência de uma produção massiva sobre o negro no Ceará por parte dos historiadores, em razão do grande feito o qual é 80 símbolo de orgulho do estado, por ter sido a primeira província a abolir a escravidão, em 1884, tornando esse processo uma temática relevante entre os historiadores. Contudo, Sousa (2006) verifica uma tendência entre os historiadores, em ocultar a figura do negro como um papel significativo na formação sócio-histórica do estado. Revelando que “Essa tendência inaugurada por Paulino Nogueira, de não levar em conta a presença de traços culturais africanos na construção da ideia de mestiço no Ceará contribuiu para a exclusão do africano como agente étnico formador do caráter cearense.” (p. 67)

Essa tendência é sustentada por essa busca em encobrir o papel social do negro no Ceará, retratando a figura do moreno, mestiço ou o pardo, que advém desses processos de mestiçagem, dessa figura produzida da “mistura” do branco com o índio. Dessa maneira, no Ceará é bastante expressivo no imaginário social esse processo de “pardalização”, ou seja, aqui impera a figura do pardo. Acerca disso, Andrews (2007) aborda que “A cor “parda” é uma categoria racial nascida da mistura de raças e, como uma categoria social intermediária entre a negritude e a branquidão, com têm notado muitos observadores, pode servir como um meio para escapar da negritude.” (p. 191).

Verificamos que essa figura do pardo, ao mesmo tempo que aglutina as três raças, ela cria uma falsa abertura ao status social reservado aos brancos, e aparta socialmente e simbolicamente dos demais grupos sociais, que são os índios e os negros. Sousa (2006) lança mão de uma explicação acerca dessa população mestiça no Ceará, trazendo para a cena esse processo de assimilação.

Assim, analisamos o quão é complexa a discussão a respeito do racismo no Ceará, em razão da discussão sobre a não existência de negros, logo, não vai haver racismo, denotando-se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

assim como um racismo dissimulado que incorpora o mito da democracia racial e que recria uma ardilosa história na qual os negros só serão mencionados até o processo de abolição da escravatura.

Ao se pensar na complexidade do racismo no estado, podemos aferir que a situação das mulheres negras ainda são mais agravantes, como é verificado por Madeira (2014) que as meninas negras são em sua maioria exploradas sexualmente, e têm suas trajetórias marcadas por uma estética negativa, que fomenta essa negação de uma identidade negra.

Para efeito, destaca-se a importante figura da Preta Tia Simoa que possui poucas menções históricas na literatura sobre a história do Ceará, mas aparece rapidamente nos escritos do historiador Raimundo Girão³, quando retrata o período da Abolição no Ceará. Preta Tia Simoa possuiu um grande papel de articulação e mobilização para a primeira Greve dos Jangadeiros, ocorrida no ano de 1881. Seu papel foi fundamental para fortalecer a organização política de negros e negras escravizados e libertos, impulsionando coletivizar ações de resistências ao regime escravocrata, sendo um elo importante para o fortalecimento da classe dos Jangadeiros que transportavam pessoas negras escravizadas na praia a se negarem a fazer esse tipo de transporte, desencadeando conflitos e embates que mais tarde desembocou na Abolição da Escravatura no Ceará, 4 anos antes da Abolição no Brasil, ocorrida em 25 de Março de 1884.

O Instituto Negra do Ceará - é uma organização social de mulheres negras, criado em 2003, conforme o site “objetiva promover os valores étnicos, políticos, sociais e culturais das populações negras, com prioridade à mulheres negras, atuando em uma perspectiva anti-racista e feminista.” É uma importante instituição para a luta de mulheres negras no Estado do Ceará, ao longo de sua jornada contribuindo para a execução de projetos de enfrentamento ao racismo, principalmente no âmbito do sistema prisional, cabe-se destacar o projeto: Pelas Asas de Maat: Ampliando o Acesso à justiça que atuou com mulheres negras encarceradas no Instituto Penal Auri Moura Costa. Nesse projeto a INEGRA ecoou vozes de mulheres encarceradas, em sua grande maioria negras. Durante muito tempo não haviam outras organizações políticas coletivas compostas somente por mulheres negras no Estado do Ceará, por essa razão, considera-se que essa instituição trilhou caminhos fundamentais para reafirmar a presença de mulheres negras no Estado, principalmente no que concerne ao enfrentamento ao racismo e o sexismo.

A Rede de Mulheres Negra do Ceará criada no ano de 2019, demarca um papel

³ O historiador Raimundo Girão (1900 – 1988) teve grande influência no estado, publicou livros como “O Ceará”, “História Econômica do Ceará” e “História da Cultura Cearense”. Além disso, ocupou os cargos políticos de vereador, deputado estadual e prefeito de Fortaleza.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

significativo na organização política de mulheres negras no Estado, nasce a partir dos preparativos para a Encontro Nacional de Mulheres Negras em 2018, no qual mulheres negras organizadas ou não se juntaram para tal encontro, promovendo ações culturais pela cidade de Fortaleza, como por exemplo a Sexta-Preta. Ao longo do tempo, a Rede ganhou capilaridade pelo Estado, tendo núcleos na região do Cariri (região Sul do Ceará) e Serra da Ibiapaba, região noroeste do Estado.

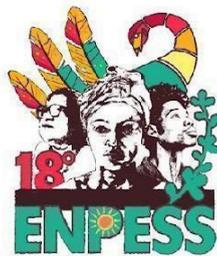
4. CONCLUSÃO

No decorrer deste artigo, buscamos retratar de forma breve, como as relações de gênero e de raça são indiscutíveis para se compreender a realidade social, tendo em vista as condições de vida que produzem sujeitos subalternizados em razão do gênero e da raça. Tal discussão, baseia nossa necessidade em compreender como a interseção entre esses marcadores sociais são condicionantes para o modo de vida das mulheres negras no Brasil, em particular na sociedade cearense.

Tendo em vista, que em um contexto dificultoso no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais é através das organizações coletivas que mulheres e pessoas negras se mobilizam para trazer suas reivindicações. Por essa razão, destacamos a importância dos movimentos sociais, em particular de mulheres negras como um ator político que movimenta a sociedade, afinal “quando uma mulher negra se movimenta, toda a sociedade se movimenta com ela (Davis, 2019).

Nesse sentido, foi fundamental ter uma compreensão dos fatores históricos que formaram a sociedade brasileira e cearense, sobretudo no que diz respeito ao apagamento histórico da presença negra na terra da luz (Ceará). Ainda foi observado, a pouca existência de referenciais teóricos sobre as organizações políticas de mulheres negras no Ceará, fruto de um processo discutido ao longo deste artigo. Discussões sobre o protagonismo negro cearense na abolição da Escravatura, bem como a existência de negros e negras neste Estado também são temáticas importantes para a compreensão da temática estudada, mas que não ganham destaque em um contexto acadêmico. Podemos compreender, que este fato, é a maneira na qual o racismo epistêmico se configura na realidade deste estado.

Ainda que o atual censo demográfico, pretos e pardos, que corresponde ao grupo racial negro, compõe mais de 70% do contingente populacional cearense (IBGE, 2022). Implicando em uma presença massiva de negros e negras no Estado, a temática não ganhou tanto destaque ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

longo das décadas. Contudo, destacamos que apenas no ano de 2023 é criada a primeira Secretaria de Igualdade Racial do Ceará (colocar lei de criação), o que mostra o ganho de espaço da pauta da questão racial em um contexto institucional.

Ainda considera-se importante destacar ações na contemporaneidade, como a existência de uma exposição intitulada : “Anas, Simoas e Dragões: Lutas Negras pela Liberdade” realizada no Museu de Arte Contemporânea (MAC) que põe em cheque os mitos construídos sobre a história negra no Ceará e dá destaque ao invisível protagonismo de mulheres negras no Ceará no processo de abolição da Escravatura. Discutir sobre mulheres negras na realidade cearense ainda constitui-se como um grande desafio, porém, é urgente que nossas vozes ecoem em todas as esferas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANDREWS, George Reid, **O Amoreamento e o enegrecimento**, In:_____. America Afro-latina, 1800-2000. São Carlos: editora EdUSFCar, 2007

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011

_____,. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In:_____. Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos E Conceitos Presentes No Debate Sobre Relações Raciais No Brasil: Uma Breve Discussão. História**. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação – 2005.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. Revista



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez, 2018.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: rendimentos de todas as fontes 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desigualdades na Educação: Análise dos Dados de 2022. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/educacao2022.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LEÓN DÍAZ, RUBY ESTHER. **Os reverses da ausência: as "questões raciais" na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013)**. Tese, (Doutorado),

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016, 366 p.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set/dez 2018.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista**. Argumentum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan/abr 2017.

_____, Maria Zelma de Araújo. **Desigualdades raciais como expressão da questão social**. In: CUNHA, Aurineida Maria; SILVEIRA, Irma Martins Moroni (Org.). Expressões da Questão Social no Ceará. Fortaleza: EdUece, 2014.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MUNANGA, Kabengele. **UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA.** Palestra proferida no 3o Seminário Nacional Relações Raciais e Educação -PENESB -RJ, 05/11/03

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

SOUSA, Antônio Vilamarque Carnaúba de. **Da“negrada negada”: a negritude fragmentada - o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995).** 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2006.

THEODORO, M. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas, 8(1), 205- 219. 2014. _____, M. Sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar,2022.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo** in: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009.